

Justiça suspende regras das escolas cívico-militares em São Paulo

Decisão liminar atende pedido do Ministério Público e da Defensoria Pública

Por Raphaela Cordeiro

A Justiça de São Paulo determinou a suspensão das regras do programa de escolas cívico-militares da rede estadual após ação civil pública do Ministério Público e da Defensoria Pública. A decisão é liminar, em caráter prévio, antes da análise do mérito, e estabelece prazo de 48 horas para cumprimento, sob pena de multa diária.

O modelo começou a ser implantado neste ano letivo e prevê a presença de policiais militares da reserva como monitores responsáveis por atividades de organização e convivência escolar.

Na decisão, a magistrada apontou possível violação ao princípio da legalidade e à gestão democrática do ensino. O entendimento é de que o regulamento apresenta “grave potencial discriminatório”, especialmente nas normas relacionadas à aparência dos estudantes.

Entre as exigências questionadas estão regras sobre corte de cabelo, uso de acessórios e padrões de vestimenta. A avaliação judicial indica que essas determinações podem restringir manifestações culturais, identidade de gênero e direitos assegurados pela Constituição e pelo Estatuto da Igualdade Racial.

A ação proposta pelo Ministério Público e pela Defensoria sustenta que a regulamentação



Divulgação/Governo de SP

Entre os questionamentos estão regras sobre corte de cabelo, uso de acessórios e vestimenta

do programa fere a Constituição, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e normas educacionais estaduais. Segundo os órgãos, a implantação ocorreu sem participação efetiva dos Conselhos de Escola, o que contraria o princípio da gestão democrática do ensino público.

Os autores também apontam possível violação ao Estatuto da Criança e do Adolescente e a tratados internacionais de proteção à infância, ao prever medidas disciplinares consideradas excessivas e possibilidade de transferência

de alunos que não se adaptem às regras do modelo.

Outro ponto levantado é a atuação de militares no ambiente escolar. De acordo com o processo, há relatos de monitores realizando orientações diretas a estudantes em atividades pedagógicas, função atribuída exclusivamente a profissionais da educação. A ação pede que policiais não exerçam qualquer atribuição de ensino ou avaliação escolar.

O Ministério Público e a Defensoria também solicitaram que o Estado comunique oficialmen-

te as unidades sobre a impossibilidade de aplicar as regras contestadas enquanto durar a análise judicial, evitando punições disciplinares baseadas no regulamento suspenso.

O governo estadual afirma que o programa não altera o currículo escolar e tem como objetivo reforçar valores de cidadania, organização e convivência. Segundo a Secretaria da Educação, professores seguem responsáveis pelo conteúdo pedagógico e pela avaliação dos estudantes.

O caso segue em análise judi-

cial e ainda terá julgamento definitivo do mérito da ação.

Fato ou fake do Estado

Na quinta-feira (12), o Estado publicou material informativo para esclarecer dúvidas sobre o programa. De acordo com a Secretaria da Educação, policiais não ministram aulas nem substituem docentes, atuando apenas como monitores de organização, segurança e acolhimento dos alunos.

O governo também afirma que o modelo não militariza o ensino, mantém o currículo regular da rede pública e depende de adesão da comunidade escolar por meio de consulta prévia. Segundo a pasta, a proposta busca melhorar o ambiente escolar e reduzir conflitos, sem interferência na autonomia pedagógica das escolas.

Em nota, a Secretaria da Educação informou que ainda não foi formalmente notificada da decisão e que a Procuradoria Geral do Estado irá analisá-la. Segundo a pasta, a liminar não suspende a lei do Programa Escola Cívico-Militar nem impede seu funcionamento. O Estado afirma que militares atuam apenas em apoio à segurança sem participação pedagógica, responsabilidade exclusiva dos professores.

*Com informações da FolhaPress

DER-SP espera 4 milhões de veículos nas rodovias

O Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo está realizando a Operação Carnaval 2026 entre até a Quarta-feira de Cinzas para garantir segurança e fluidez nas rodovias estaduais não concedidas. A expectativa é de cerca de 4,1 milhões de usuários, número 5% maior que no ano passado.

Estão mobilizados aproximadamente 1.260 colaboradores em mais de 12 mil km de estradas, com 335 veículos de apoio, incluindo guinchos leves e pesados, motocicletas de inspeção e vans de atendimento. Nas regiões serranas e do litoral haverá reforço específico de equipes e viaturas em vias de grande movimento, como a Rio-Santos (SP-055), Oswaldo Cruz (SP-125) e Flórida no Rodrigues Pinheiro (SP-123).

Entre as medidas previstas estão monitoramento de tráfego,



Divulgação/DER-SP

Na sexta-feira (13) deve concentrar mais de 664 mil veículos

uso de acostamento em trechos críticos, implantação de faixa reversível e desvios operacionais para melhorar o fluxo e reduzir congestionamentos. O objetivo é manter condições de circulação semelhantes às de dias normais e garantir resposta rápida a ocor-

rências.

O maior fluxo deve ocorrer rumo ao litoral e ao Vale do Paraíba, principalmente pela Rio-Santos. Apenas nesse trecho são esperados cerca de 181 mil veículos em Caraguatatuba e 165 mil em Bertioga.

Tarcísio adia encontro com Flávio Bolsonaro

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), informou que a reunião com o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), prevista para esta quinta-feira (12), foi adiada para depois do Carnaval. Segundo Tarcísio, o encontro tem o objetivo de discutir estratégia política, apoios e os próximos passos para as eleições de 2026. Este será o primeiro encontro entre os dois desde a crise envolvendo o governador e o clã Bolsonaro, ocorrida há cerca de um mês. A declaração foi feita durante evento em Guarulhos (Grande SP), para o anúncio de R\$ 80 milhões em obras de infraestrutura no município. O governador destacou o apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) à sua trajetória política.

Tarcísio também comentou sobre a corrida eleitoral para o Senado por São Paulo, afirmando que pretende eleger dois represen-

tantes. Uma das candidaturas já está definida: Guilherme Derrite (PP), ex-secretário do governador, considerado “bem posicionado e consolidado”. A segunda vaga será escolhida com base em pesquisas, sem favoritismo definido, e em diálogo com partidos aliados.

Sobre o Programa de Plano Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag), Tarcísio afirmou que São Paulo ingressou com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) após aderir ao novo regime e ser cobrado por regras anteriores. O governador também comentou a situação de Bolsonaro, preso no 19º Batalhão da Polícia Militar do DF. Segundo Tarcísio, “o presidente não tem saúde para estar no regime fechado, ele precisa estar com a família para ter a melhor assistência possível”.

*Com informações da FolhaPress